

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 19/2013**

Período: 08/06/2013 – 14/06/2013

GEDES – Brasil

- 1- Comissão Nacional da Verdade reavalia caso de ex-integrante do MR-8
- 2- Comissão irá investigar crimes cometidos dentro dos quartéis
- 3- Museu sobre Marighella será criado na Bahia
- 4- Fabricação de satélite brasileiro é disputada por empresas estrangeiras
- 5- Diretor adjunto da Abin é filho de ex-chefe do DOI-Codi
- 6- Secretário-geral adjunto da ONU falou sobre participação brasileira em missão de paz
- 7- Italiano atuou em filme sobre o regime militar no Brasil
- 8- Senador comenta investimentos em Defesa
- 9- Discussões sobre a Lei da Anistia
- 10- Jornal analisa depoimento de Ustra na Comissão Nacional da Verdade
- 11- Morre o militante comunista Jacob Gorender
- 12- Iveco inaugura fábrica de blindados em Minas Gerais
- 13- Forças Armadas auxiliaram na segurança da Copa das Confederações

1- Comissão Nacional da Verdade reavalia caso de ex-integrante do MR-8

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) reavaliou, no dia 07/06/13, o caso da ex-militante Solange Lourenço Gomes, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o qual praticava oposição armada contra o regime militar (1964-1985). Nos anos 1970, o regime atribuiu a Gomes a revelação de informações que teriam ajudado a desmantelar o grupo. A divulgação de seu nome como delatora teria levado a ex-militante a cometer suicídio em 1982. De acordo com seu irmão, Gilberto Gomes, Solange vinha sofrendo surtos psicóticos devido à perseguição, o que havia levado a se entregar à polícia em 1971. Segundo o *Correio*, Gomes sofreu torturas e abuso sexual na prisão, posteriormente foi internada em um manicômio judiciário, onde permaneceu até 1973. Conforme o seu psiquiatra, a divulgação, por parte do governo, de depoimentos nos quais ela se dizia arrependida da militância, fizeram com que ela se sentisse culpada pela morte de pessoas que eram membros do MR-8. (*Correio Braziliense* – 08/06/13)

2- Comissão irá investigar crimes cometidos dentro dos quartéis

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, sob o comando da ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República criou, no dia 07/06/13, um grupo que tem como objetivo investigar crimes ocorridos no âmbito das Forças Armadas a partir do período de democratização do país. Segundo a *Folha*, a resolução que deu origem ao grupo é do dia 05/04/13 e demorou mais de dois meses para ser publicada. De acordo com o *Correio*, a criação do grupo é resultado de um acordo firmado entre o Estado e os familiares de Márcio Lapoente da Silveira, morto em 1990 nas dependências da Academia Militar das Agulhas Negras. Serão analisados pelo grupo,

assessorado pelo Conselho de Defesa da Pessoa Humana, 23 casos em que há suspeita de desrespeito aos direitos humanos, os quais foram apontados pelo grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro. Dentre os casos, 20 ocorreram no Rio e os outros no Amapá, São Paulo e Rio Grande do Sul. De acordo com o *Estado*, o caso de Silveira é um dos que serão discutidos pelo grupo, formado por seis pessoas e comandado pelo professor de Direito Constitucional Tarciso Dal Maso Jardim. O grupo terá um ano para produzir um relatório conclusivo, período que pode ser prorrogado por mais 12 meses. Segundo Jardim, um dos objetivos do grupo será analisar o Superior Tribunal Militar. As investigações deverão ser baseadas em ponderação e rigor, visando assim evitar resistência por parte dos setores militares, visto que a própria criação do grupo é resultado de conversas com tais setores. O jornal acrescentou que o colegiado foi criado em um momento em que o governo sofre críticas por não atuar de forma mais decisiva na abertura de documentos do regime militar (1964-1985). (*Correio Braziliense* – 08/06/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 08/06/13; *O Estado de S. Paulo* – Política – 08/06/13)

3- Museu sobre Marighella será criado na Bahia

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, tem previsão para 2014 a inauguração do museu Memorial da Resistência, no estado da Bahia, destinado a Carlos Marighella, ex-líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e referência da luta armada contra o regime militar (1964-1985). O projeto é coordenado pelo grupo Tortura Nunca Mais e recebeu um apoio de R\$ 200 mil do governo do estado da Bahia. Foram cedidos pelo estado dois prédios no Pelourinho para construção do projeto, mas a família de Marighella deseja que a casa onde ele viveu até os 23 anos também seja anexada, para a exposição de objetos pessoais do ex-militante. A ideia é expor documentos e obras relacionadas à luta contra o regime militar na Bahia. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 08/06/13)

4- Fabricação de satélite brasileiro é disputada por empresas estrangeiras

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a fabricação do satélite geostacionário de defesa e comunicações brasileiro, a cargo da Telebrás e da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), teve a concorrência reduzida de sete para três empresas. Dentre as empresas concorrentes está a “Thales Alenia Space”, franco-italiana que adquiriu a empresa brasileira Omnisys, importante produtora e exportadora de radares aéreos para América Latina, Ásia e Europa. As outras duas empresas são a norte-americana Space Systems Loral e a japonesa Melco. Segundo o jornal, o satélite, com lançamento previsto para 2014, teve a execução do projeto incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e deve atender às demandas de comunicação de defesa do governo federal. (*Correio Braziliense* – 09/06/13)

5- Diretor adjunto da Abin é filho de ex-chefe do DOI-Codi

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o diretor adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Ronaldo Martins Belham, é filho do militar da reserva José Antônio Nogueira Belham, que chefiou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-

Codi) do Rio de Janeiro durante o regime militar (1964-1985). No cargo de diretor adjunto da agência, que guarda mais de 132 metros lineares de documentos sobre o regime militar, Ronaldo Belham tem acesso direto a informações ainda não divulgadas sobre desaparecidos políticos. Segundo o escritor Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado Rubens Paiva, que foi torturado e morto nas dependências do DOI-Codi, o parentesco entre o diretor adjunto e o militar da reserva causa estranheza e extremo desconforto para a família, que teme algum tipo de filtragem institucional. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), que publicou documento atestando que o ex-general Belham recebeu dois cadernos de anotações que pertenciam ao ex-deputado Paiva enquanto chefiava o DOI-Codi, tenta localizar o militar da reserva para que possa explicar as circunstâncias da madrugada de 20/01/1971, quando Paiva teria sido assassinado. Ronaldo Belham, assim como muitos dos integrantes da Abin, foi membro do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) e chegou a ser cogitado para comandar a agência. O ex-procurador-geral da República e integrante da CNV, Cláudio Fonteles, informou que não falaria sobre o fato do diretor adjunto da Abin ser filho do ex-general Belham. Segundo Fonteles, a prova documental de que Paiva foi morto no DOI-Codi do Rio de Janeiro é muito forte, resta saber o nome de quem o matou. De acordo com o *Correio*, o presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Wadih Damous, defendeu a necessidade de Belham ser demitido de seu cargo na Abin, alegando que "não temos que estigmatizá-lo por ser filho do general, mas a posição que ele ocupa cria a suspeição". O *Correio* lembrou que, em maio de 2012, 50 jovens picharam e estenderam faixas acusando o ex-general Belham de assassino e torturador em frente à sua suposta residência. A manifestação dos 50 jovens integrantes do movimento Levante Popular da Juventude foi baseada em informações contidas no livro "A ditadura escancarada" do jornalista Elio Gaspari. No dia 11/06/13, o *Correio* destacou que o ex-general será chamado, ainda no mês de junho, para depor na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, o membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, concorda com a preocupação gerada pelo fato; porém, afirmou que "precisamos também deixar claro que o fato de ser filho de um agente da repressão não o torna um torturador. A cobrança precisa ser feita com muita cautela. Há uma suspeição presumida". De forma mais enfática, a coordenadora da Comissão da Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados, Luiza Erundina, afirmou que a posição de Roberto Belham na Abin é incabível, considerando que nesse fato existe um "simbolismo muito forte". Erundina justificou sua posição, alegando que Belham deveria se sentir desautorizado, por existir "muita verdade a ser revelada ainda". Já na opinião do deputado federal Jair Bolsonaro, existe, no Brasil, uma perseguição praticada pela esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) aos militares. Bolsonaro ainda afirmou que devem ser analisados casos sobre "o grupo terrorista que a presidente Dilma Rousseff integrava", mencionando que havia a prática de roubos, mortes e sequestros, e argumentou que "o problema é que o cara leva um cascudo e dizem que é tortura". (*Correio Braziliense* – 09/06/13; *Correio Braziliense* – 10/06/13; *Correio Braziliense* – 11/06/13)

6- Secretário-geral adjunto da ONU falou sobre participação brasileira em missão de paz

Em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, o secretário-geral adjunto da Organização das Nações Unidas (ONU), Thomas Stelzer, falou sobre o papel do Brasil na Organização. Stelzer afirmou que, apesar de ser bastante rara a autorização de missões militares para a promoção da paz, a ONU tem muitas missões de manutenção da paz, como no Haiti, onde o Brasil tem exercido um papel fundamental. Segundo o secretário-geral adjunto, o Brasil certamente poderá assumir outras missões. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 09/06/13*)

7- Italiano atuou em filme sobre o regime militar no Brasil

Em entrevista para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ator italiano Franco Nero falou sobre sua participação no filme brasileiro “A Memória Que me Contam”. O filme conta a história de Ana, ex-militante política que durante o regime militar no Brasil (1964-1985) entrou para a luta armada, foi presa e torturada por assaltar banco e sequestrar o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, no ano de 1969. Nero afirmou que, por ter estudado sobre o regime militar no Brasil e ter ouvido muitas histórias, se sentiu próximo do filme. O ator ressaltou a importância de lutar pelos direitos humanos e elogiou a criação da Comissão Nacional da Verdade. Segundo Nero, o “filme não é comercial, sua função é outra, mas espero que seja visto pelo máximo de pessoas possíveis”. (*O Estado de S. Paulo – Caderno2 – 09/06/13*)

8- Senador comenta investimentos em Defesa

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o senador e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Ricardo Ferraço, defendeu um aumento dos gastos em defesa e afirmou que o senso comum reconhece o trabalho das Forças Armadas apenas em “tempos de conflito”, ignorando sua importância em “tempos de paz”. Ferraço destacou as atividades de defesa do “patrimônio genético brasileiro”, sendo o país detentor de 22% da biodiversidade do planeta; a segurança cibernética, em especial para os grandes eventos que serão sediados no Brasil nos próximos anos, e a vigilância das fronteiras. O senador acredita que o custo da instalação de sistemas para a vigilância de fronteiras, como o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), “é mais que favorável ao reforço no sistema de vigilância”, mas que, infelizmente, os recursos para o projeto estão sendo liberados “a conta-gotas”. Ferraço acredita ser ingenuidade associar as Forças Armadas apenas aos conflitos internacionais. Para ele, “apostar em defesa é, sim, assunto estratégico em tempos de paz”. (*Correio Braziliense – Opinião – 10/06/13*)

9- Discussões sobre a Lei da Anistia

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, juristas brasileiros tem opiniões divididas acerca da Lei da Anistia (1979), reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010. A questão ganhou destaque nos últimos meses devido à intenção, por parte de alguns integrantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV), de incluir no relatório final um pedido de revisão da lei, que permitiria a punição de

militares envolvidos em casos de desaparecimento, tortura e morte durante o regime militar (1964-1985). Renan Quinalha, mestre em Sociologia do Direito, apontou que outro fator que tem fomentado a questão da revisão é a estratégia adotada pelo Ministério Público Federal de apresentar denúncias contra militares com base na figura jurídica do chamado crime de natureza permanente, em que atos ilícitos praticados no passado ainda estão em curso, como por exemplo os desaparecimentos. Para Quinalha, "ainda que haja mais derrotas do que vitórias, [essa tática] serve para colocar a matéria em pauta e eventualmente criar jurisprudência". O periódico lembrou que, em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), condenou o Brasil a punir os responsáveis pelo desaparecimento de 62 pessoas que participaram da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Os juízes da Corte alegaram que "as disposições da Lei da Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana [da qual o Brasil é signatário]". O professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dalmo Dallari, afirmou que "a OEA estabeleceu que não há anistia para crimes contra a humanidade nem autoanistia. Como os militares ainda estavam no comando quando a lei foi promulgada, ela não tem valor jurídico". Entretanto, o professor emérito da Universidade Mackenzie, Ives Gandra, discorda da revisão da lei e afirma "as cortes internacionais só funcionam nos casos de omissão da Justiça local. A nossa Constituição determina que lesões de qualquer natureza sofridas aqui devem ser levadas a tribunais brasileiros. E o STF já definiu sua interpretação". Além disso, para ele a tese de crime de natureza jurídica permanente é apenas um "ficção jurídica". De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva (CV-SP) posicionou-se, no dia 10/06/13, favorável à revisão da Lei da Anistia (1979). A moção de apoio ocorreu durante um debate público sobre o não cumprimento da sentença do CIDH. A viúva de Maurício Grabois, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro, Crimeia Schmidt de Almeida, ressaltou que "a conquista dessa sentença tem uma grande abrangência, pois não se limita aos desaparecidos políticos no Araguaia, mas em todo o Brasil, e exige a punição dos torturadores". A sentença da CIDH foi lançada em formato de livro pela CV-SP, com 3 mil exemplares que serão distribuídos gratuitamente. A coordenadora da CNV, Rosa Maria Cardoso destacou que "se lermos com atenção, vamos compreender e pensar melhor a respeito da primazia dos direitos humanos diante da soberania e da prepotência de qualquer Estado". Cardoso ainda demonstrou que, "a cada dia, surge uma Comissão ou comitê novo pela verdade". O jurista Fábio Konder Comparato ressaltou que no direito internacional não há anistia para crimes contra a humanidade, como tortura ou desaparecimento forçado de pessoas, sendo o Brasil o único país sul-americano com esta prática. O procurador da República Marlon Alberto Weichert argumentou que a única forma de validar a Lei da Anistia brasileira é o Estado se desligar dos órgãos que o condenaram, como a CIDH: "Teríamos que sair do sistema interamericano de direitos humanos, o que nenhum país latino-americano fez. Seria um absurdo e ainda teria efeito pouco prático, pois não haveria influência nas decisões já proferidas.". O atual ministro do STF, Luís Roberto Barroso, afirmou que a Lei da Anistia pode ser revista pela corte, que atualmente mudou sua composição, uma vez que quatro ministros, três

dos quais foram favoráveis à manutenção da lei, se aposentaram. O periódico *O Estado de S. Paulo* destacou ainda que Rosa Maria Cardoso defendeu o cumprimento da sentença da CIDH e mencionou que o Brasil é contraditório por fazer parte de um organismo internacional e se recusar a cumprir as determinações. Por fim, o jornal informou que Cardoso mencionou que a CNV não possui uma posição definida quanto à anistia, e que tal discussão deverá ocorrer ao fim de seus trabalhos, quando serão debatidas recomendações ao Estado. (Correio Braziliense – 11/06/13; Folha de S. Paulo – Poder – 10/06/13; O Estado de S. Paulo – Política – 11/06/13)

10- Jornal analisa depoimento de Ustra na Comissão da Verdade

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, em depoimento para Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2013, o coronel reformado e ex-comandante do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos beneficiados pela Lei da Anistia (1979), declarou estar com a “consciência tranquila” de que todos seus atos foram realizados dentro da lei. O militar alegou que o regime militar (1964-1985) teria salvado o Brasil do comunismo, considerando que, caso contrário, o país possuiria “um regime comunista, um regime como o de Fidel Castro”. Durante a sessão, Ustra e o vereador de São Paulo Gilberto Natalini trocaram acusações: Ustra acusou Natalini, que ficou dois meses no DOI-Codi, de terrorista, e foi acusado pelo vereador de tê-lo torturado. Natalini declarou que Ustra “me despiu, colocou em pé numa poça d’água, ligou o fio no corpo, chamou uma turma de torturadores para eu fazer uma sessão de declamação de poesia”. (Correio Braziliense – 11/06/13)

11- Morre o militante comunista Jacob Gorender

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o militante comunista e historiador, Jacob Gorender, morreu no dia 11/06/13, aos 90 anos de idade. Gorender, que foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) durante o regime militar (1964-1985), foi preso em 1970, condenado a dois anos de prisão e torturado pelos militares durante seu encarceramento. Na prisão, Gorender manteve atividade profissional regular clandestinamente, atuando como consultor e tradutor de livros em alemão e francês com a ajuda de sua esposa, Dona Idealina. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 13/06/13)

12- Iveco inaugura fábrica de blindados em Minas Gerais

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a fabricante de veículos pesados italiana Iveco, subsidiária do grupo Fiat, inaugurou, no dia 13/06/13, uma fábrica de veículos de defesa na cidade de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais. De acordo com o *Correio*, a fábrica é a primeira do gênero instalada fora do continente europeu e conta com área expansível para a implantação de linhas de produção do veículo blindado Guarani, que foi encomendado pelo Exército para substituir o blindado Urutu, além de outros equipamentos que o planejamento da empresa para a produção local contempla. A unidade industrial tem a capacidade de produzir dez versões

diferentes de veículos com a base do Guarani, incluindo versões para reconhecimento, socorro, postos de comando, oficina, ambulância e comunicações. O presidente da Fiat industrial para a América Latina, Marco Mazzu, afirmou que, além do Brasil, a Argentina, o Chile e a Colômbia estão interessados em importar o blindado Guarani e a nova fábrica de Sete Lagoas irá funcionar como uma plataforma de exportação da subsidiária no subcontinente sul-americano. Segundo o jornal, o Exército possui um contrato com a Iveco que prevê o recebimento de 86 blindados Guarani no valor de R\$ 246 milhões. Os primeiros 12 veículos já foram recebidos pelo Exército e a previsão é de que o restante seja entregue em meados de 2014. (Correio Brasiliense – 13/06/13, O Estado de S. Paulo – Economia – 14/06/13)

13- Forças Armadas auxiliaram na segurança da Copa das Confederações

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa foi responsável pelo controle do tráfego aéreo de Brasília, durante o jogo entre Brasil e Japão pela Copa das Confederações, no dia 15/06/13. Foram estabelecidas três zonas de exclusão aérea, nas quais circularam apenas aeronaves autorizadas. Segundo o *Correio*, no solo, houve “baterias anti-aéreas e sistemas com medidas de combate a eventuais ataques terroristas”. Caças Mirage estavam na Base Aérea de Anápolis, no estado de Goiás, e poderiam ser acionados “para abordar e até abater qualquer aeronave que invada os espaços restritos”. De acordo com o periódico, todas as medidas de segurança foram controladas e supervisionadas pelo Centro Integrado de Comando e Controle, que contou com representantes da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), órgão que reúne Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Forças Armadas e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. O periódico *O Estado de S. Paulo*, divulgou que, em reunião realizada na Casa Civil com a participação de sete ministérios, contando com a presença do ministro da Defesa, Celso Amorim, decidiu-se que haveria reforço na segurança das cidades-sede da Copa das Confederações. O Exército dispôs de 3,7 mil militares, helicópteros e mais de 50 veículos blindados – alguns equipados com baterias antiaéreas – que participaram da operação. Segundo *O Estado*, a segurança empregada nos grandes eventos sediados pelo Brasil exigirá até 2016 um investimento de R\$ 710 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 610 milhões já foram liberados. O general José Carlos De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto da Defesa, negocia a compra de baterias russas, modelo Pantsir Si, que combina canhões e mísseis. Porém, estas só serão entregues a tempo das Olimpíadas de 2016. De acordo com os jornais *O Estado* e *Correio Braziliense*, os equipamentos que compõem o novo sistema Integrado de Comando e Controle para Segurança de Grandes Eventos foram entregues no dia 13/06/13, a um custo total de R\$ 1,8 bilhão. Durante o evento de entrega dos equipamentos, a presidenta da República, Dilma Rousseff, afirmou que deixará como legado para a população brasileira uma “segurança pública integrada” e que é “um dever de Estado, que tem caráter permanente e deve ser, de fato, perseguido acima de todas as outras considerações”. (Correio Braziliense – Cidades – 12/06/13; Correio Braziliense – Cidade – 14/06/13; O Estado de S. Paulo – Esportes – 13/06/13; O Estado de S. Paulo – Esporte – 14/06/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal Moraes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).